

DESAFIOS DA ESCRITA ACADÊMICA: O QUE PODEM NOSSOS ESCRITOS?¹

Patrícia Peixoto Zapletal²
Adriana Marcondes Machado³

RESUMO

O ingresso na pós-graduação nos defronta com a desafiadora prática de escrita de uma tese ou dissertação. O presente trabalho tem como objetivo pensar sobre os modos como escrevemos sobre os sujeitos pesquisados e problematizar os possíveis efeitos das nossas escritas. Para fazermos essa discussão, utilizaremos o aporte teórico de Michel Foucault, especialmente suas noções de prática discursiva e de subjetivação, e traremos elementos de uma dissertação de mestrado defendida em 2017, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo-USP, intitulada: 'Ampliação da jornada escolar: mais aprendizagem de quê?'. O trabalho discute sobre algumas precauções em relação ao modo de operar com os discursos com os quais entramos em contato durante a escrita de nossa dissertação e suscita reflexões sobre modos de habitar a posição de pesquisador (a).

Palavras-chave: Escrita; Michel Foucault; Discurso; Subjetivação.

INTRODUÇÃO E REFERENCIAL TEÓRICO

O trabalho que apresentamos é fruto da experiência de escrita de dissertação de mestrado defendida em fevereiro de 2017, na Faculdade de Educação da USP, sob a orientação da professora Dra. Adriana Marcondes Machado, com o título: “Ampliação da jornada escolar: mais aprendizagem de quê”. Tal pesquisa tomou como alvo analítico uma recente e bastante difundida estratégia indutora de ampliação do tempo de permanência dos estudantes das escolas públicas brasileiras, seja nas escolas, seja em atividades escolares, promovida pelo governo federal de 2007 a 2016, o Programa *Mais Educação*, objetivando problematizar as forças e discursos neste Programa. Por meio da análise dos documentos oficiais que materializam e regulamentam o Programa, de entrevistas com equipes técnicas responsáveis pela sua implantação, tanto no nível do município e do estado de São Paulo quanto no federal, e de

¹ O artigo apresentado é resultado de pesquisa de mestrado defendida na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e foi financiada pela Capes.

² Doutoranda da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP, patriciazapletal@usp.br;

³ Professora orientadora: Dra. no Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade do Instituto de Psicologia da USP e no Programa de Pós Graduação de Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano do IPUSP – USP, adrimarcon@uol.com.br.

situações vividas numa escola participante do Programa, a pesquisa procurou entrar em contato com as formas de produção de verdade dos discursos presentes no Programa *Mais Educação*.

Uma pergunta realizada por nossa orientadora, em dos encontros de estudos e orientação de nosso grupo de pesquisa, nos fez em muitos momentos, durante a escrita da dissertação, ficar bastante atenta ao modo de escrever sobre os sujeitos da pesquisa e, em outros, nos fez empacar de medo em relação ao que nossa escrita poderia estar produzindo. A pergunta feita foi a seguinte: *O que acontece conosco que achamos que ao falar sobre o outro não estamos produzindo o outro?*

Reformulando essa questão de outra maneira (talvez já inspiradas pelo pensador que trazemos para ajudar a pensar esta questão – Michel Foucault), nos perguntamos: de que maneira fomos subjetivados a fim de entendermos as ideias ou discursos apenas como representações de algo, e não como gesto, como algo que produz efeitos?

Nosso objetivo não é responder tal questão, mas entendemos que esta pergunta é um bom disparador para reafirmarmos o objetivo do presente trabalho: a problematização das nossas escritas. Em outras palavras, objetivamos pensar sobre os efeitos que a prática da escrita de uma pesquisa acadêmica produz nas vidas para as quais, e sobre as quais, se fala.

Michel Foucault nos mostra que os discursos são históricos, que trazem um conjunto de saberes que produzem o que se entende como real, ou que definem as condições de verdade de determinado tempo histórico. Pode-se dizer que, assim como para Foucault teoria não se distingue de prática, os discursos são inseparáveis das práticas, pois eles sempre existem como práticas.

Compreende-se que a concepção de discurso formulada por Foucault a partir das experiências históricas é bastante radical, uma vez que se contrapõe a toda uma tradição de pensamento (por exemplo, do marxismo, da história das mentalidades) que compreende os discursos prioritariamente como ideias que *orientam* a ação. As análises empreendidas por Foucault se diferenciam das análises do tempo que discutem o discurso como sistema de signos.

Na perspectiva foucaultiana, não há separação entre ideia e ação, ou seja, ideias, pensamentos, teorias, ideologias, mentalidades são práticas, ou atos, gestos, atitudes. Foucault pensa, portanto, no pragmatismo da linguagem e na sua força performativa.

Esta forma de entendimento do que a linguagem produz leva a abolir a separação tradicional entre realidade e representação. De modo que a linguagem não se limitaria, segundo Ramos do Ó (2003, p. 84), a uma “mera função ideológica, de homologia ou de reflexo dele [o mundo]”. Foucault convida a tratar os discursos como fabricando os objetos sobre os quais –

aparentemente – apenas discorre, o que equivale a dizer que “o discurso é ação, e não descrição” (RAMOS DO Ó, 2003, p. 85).

Na injunção de discurso e prática, Foucault cunha a expressão *prática discursiva*. Essa expressão é introduzida em *Arqueologia do Saber* (1969), relacionando-a diretamente com uma série de outros termos, como formações discursivas, objetos, relações, regularidades e estratégias (RAMOS DO Ó, 2003).

O conceito de prática discursiva, para Foucault, vincula-se diretamente a

[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT, 2005, p. 133)

Fica evidente, nesse sentido, que o discurso não pode ser entendido como uma combinação de palavras que representariam as coisas do mundo, ou um fenômeno de simples *expressão* de algo, pois as práticas discursivas moldam as formas de constituir o mundo, de entendê-lo e de falar sobre ele.

A conceituação de discurso como prática social, já exposta em *A Arqueologia do Saber* (1969), e também presente em *Vigiar e punir* (1975) e n’ *A Ordem do discurso* (1971), sublinha a ideia, conforme aponta Rosa Maria Bueno Fischer (2001), de que o discurso sempre se produziria em razão de relações de poder. Mais tarde, para a autora, nos três volumes de sua *História da sexualidade*,

[...] o pensador mostra explicitamente que há duplo e mútuo condicionamento entre as práticas discursivas e as práticas não discursivas, embora permaneça a ideia de que o discurso seria constitutivo da realidade e produziria, como o poder, inúmeros saberes (FISCHER, 2001, p. 199).

Para além da ideia de que os discursos são sempre ditos num determinado tempo e num determinado lugar, uma análise de discurso que se basearia na forma como Foucault trabalha com eles, precisaria explicitar como se instaura certo discurso, quais são suas condições de emergência, suas condições de produção. E é neste sentido que a análise de um determinado objeto, como o conjunto de enunciações presentes em textos oficiais sobre políticas educacionais, ou análise dos atos de fala dos professores e professoras, do que os faz dizer o que dizem, “deve fazer aparecer os chamados ‘domínios não discursivos’ [...] – as instituições,

os acontecimentos políticos, os processos econômicos e culturais, toda a sorte de práticas aí implicadas”. (FISCHER, 2001, p. 216).

A perspectiva nietzschiana na qual Foucault se inspira faz com que ele entenda que atrás das coisas não há um “segredo essencial e sem data”, mas, sim, que as coisas são sem essência ou que “sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas” (FOUCAULT, 1979, p. 18).

Foucault ensina, assim, aos pesquisadores, uma maneira de investigar não o que estaria *por trás* dos textos e documentos, nem um suposto sentido profundo sobre o que se *queria dizer com isso ou aquilo*, mas, sim, descrever as condições de existência de um determinado discurso.

Ao suspender continuidades e acolher cada momento do discurso, tratando-o no jogo de relações no qual está imerso, o pesquisador, acrescenta Fischer (2001), pode levantar um conjunto de enunciados efetivos em sua singularidade de acontecimentos raros e dispersos, e indagar-se: “afinal, por que essa singularidade acontece ali, naquele lugar, e não em outras condições?” (FISCHER, 2001, p. 221).

Em relação aos sujeitos dos discursos, trata-se de não os analisar como indicadores de certas individualidades intelectuais ou psicológicas, já que o sujeito da linguagem, em termos foucaultianos, não é um sujeito essencial, mas, por meio dele, muitos ditos se dizem.

A produção identitária, para Foucault, passa por uma ordem discursiva – uma ordem discursiva que não é, conforme já afirmado, ideologia, mas um modo de ação. As identidades são produzidas a partir das injunções de saber e poder. Desse modo, as malhas discursivas em que os sujeitos estão inseridos os produzem, e as identidades são o efeito de uma correlação de forças, relações de poder-saber que produzem saberes que valem mais ou menos que outros; portanto, jogos de força entre discursos mais ou menos fortes.

Assim, o que entendemos como sujeito ou identidade é uma invenção, é efeito de discursos que os subjetivam, e esses efeitos são produzidos no interior de variadas e bem concretas relações sociais, institucionais e econômicas.

Desse modo, ao analisar um discurso, ainda que o documento considerado seja a reprodução de um simples ato de fala individual, conforme aponta Fischer (2001), não se está diante da manifestação de *um* sujeito, mas sim defronte do lugar de sua dispersão e descontinuidade, já que o sujeito da linguagem não é um sujeito em si.

Foucault explicita esta noção de sujeito ao afirmar que:

O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que

podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos (FOUCAULT, 2005, p. 61).

Percebe-se, pois, a partir da análise de Dreyfus e Rabinow (2013) sobre a trajetória filosófica de Foucault, que ele não objetiva *desconstruir* o sujeito, mas transformar completamente o *eu profundo* em um *eu histórico*.

Portanto, para analisar os discursos, segundo a perspectiva de Foucault, seria necessário, primeiramente, recusar as explicações unívocas e a busca de um sentido último e oculto das coisas. Seria necessário tentar ficar simplesmente no nível de existência das coisas ditas (FISCHER, 2001). Isso significa um árduo trabalho com o próprio discurso, fazendo-o aparecer na complexidade que lhe é peculiar. Significa, também, explorar ao máximo os materiais, partindo da premissa de que esses são produção de práticas históricas e políticas muito concretas.

Por fim, cabe ressaltar mais uma interessante constatação, também mencionada por Fischer (2001), quanto aos cuidados que os pesquisadores devem ter nas análises de discurso. A autora relembra que, embora Foucault diga que os discursos são *mais* que signos que designam coisas, e que esse *a mais* é que é necessário fazer aparecer nos discursos (FOUCAULT, 2005), é preciso estar atento em como descrevê-lo.

Fischer (2001) alerta que não se deve buscar esse *a mais* dos discursos como se fosse algo que, por maldade dos poderosos, ou por mecanismos de repressão, teria sido escondido intencionalmente.

Há de se apanhar esse *a mais* a partir do próprio discurso – e aqui talvez resida o maior desafio deste tipo de análise – pois, para Foucault, as regras de formação dos conceitos estão no próprio discurso e se impõem a todos que falam ou tentam falar dentro de determinado campo discursivo.

Trata-se do desafio de analisar as práticas discursivas, o que foi efetivamente dito, sem intenção de produzir interpretações reveladoras de como as coisas se passaram ou explicitar sentidos reprimidos.

METODOLOGIA

A partir do aporte teórico de Michel Foucault, especialmente das noções de discurso e de subjetivação, faremos a discussão sobre algumas precauções em relação ao modo de operar

com os discursos com os quais entramos em contato durante a escrita de nossa dissertação. Assim, partindo das concepções de prática discursiva e sujeito para Foucault, nos perguntamos sobre qual a implicação destas concepções para pensarmos as nossas escritas ou a produção de efeitos das nossas escritas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Fizeram parte dos discursos que foram examinados na nossa pesquisa, além dos documentos normativos do Programa *Mais Educação*, os ditos da equipe gestora do Programa e falas de gestores, professoras (es) e alunas (os) de uma escola participante do *Mais Educação*.

As concepções de discurso e subjetivação foucaultianas mencionadas anteriormente, orientaram o nosso olhar para os discursos que entramos em contato na pesquisa, e fizeram ter como premissa o esforço para não retratarmos os sujeitos entrevistados como homogêneos e a-históricos, tampouco considerá-los como fonte original de suas falas – uma vez que estas participam de uma rede discursiva que lhes permite dizer o que dizem do modo como dizem.

Cuidou-se também para não tratar os modos de pensar e agir presentes no campo de investigação como fenômenos que *não deveriam acontecer*.

A esse respeito, Adriana M. Machado (2011), nos lembra que aquilo que, comumente, nomeamos *como uma forma equivocada* de agir e pensar porta uma positividade, pois afirma uma maneira de ver o mundo, sendo, portanto, efeito de um processo de produção, e carregando um sentido engendrado em um campo onde se embatem múltiplas forças.

As precauções, então relatadas, nos fizeram escrever versões e mais versões de um dos capítulos da dissertação que acabou tornando-se um dos mais trabalhosos: o capítulo em que foram narradas as vivências sobre o que havíamos encontrado nas idas à escola visitada e o que havíamos conversado com alunas (os) e professoras (es) e gestores da escola. Vivenciamos de modo mais agudo, nesta parte da escrita da dissertação, o desafio de nos atentarmos ao que nossa escrita poderia estar produzindo ao contar sobre o que havia ali escutado e vivenciado.

Como dizer, contar, narrar o que escutamos e vivenciamos tomando as precauções anteriormente apontadas? Em outras palavras, evidenciamos a necessidade de cuidado para não falarmos pelas pessoas entrevistadas, nem as interpretar ou julgar, sabendo que tais falas, como mencionado anteriormente, participam de uma rede discursiva que lhes permite dizer o que dizem do modo como dizem.

Escrever a partir dessas precauções demandou inúmeras versões e reescritas dos textos até que conseguíssemos fazer acontecer na escrita aquilo que o aporte teórico que nos fundamentou exigia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dedicar-se a escrita de uma pesquisa é uma produção que conta com a eleição de palavras que pretende produzir algo no mundo. Dizer sobre algo seria, de alguma maneira, aquilo que pesquisas científicas aventam, e justamente neste dizer se expressa um modo de entendimento do vivido, ou do presente.

Um olhar lançado para o que acontece, ou um olhar lançado para aquilo que se pode ver. Nesse sentido, pensar e repensar sobre o que é dito, não é movimento em vão, assim como dizer, por si só, já é perigoso.

Nossos dizeres sobre os outros podem produzir, dentre tantos efeitos, constatações, conclusões ou captura dos sujeitos pesquisados. Portanto, o ato de pesquisar implica o pesquisador pois há sempre uma posição que se escolhe e que não pode ser tomada como neutra ou isenta de qualquer tendência de pensamento.

Escrever é uma forma de fazer funcionar os sentidos e a palavra cria efeitos a partir do momento em que é pronunciada. É na escrita, portanto, que também se produz modos de vida, que se produz mundos e, assim sendo, escrever exige necessariamente a tarefa de interrogarmos que modos de vida queremos produzir.

O que nos recoloca na questão inicial sobre a escrita: quais efeitos que a prática da escrita de uma pesquisa acadêmica tem produzido nas vidas para as quais, e sobre as quais, se fala?

Após a prática de escrita de dissertação de mestrado apontada, podemos afirmar que escrever sobre os sujeitos de uma pesquisa passou a ser algo que requer um estado de espreita e atenção permanente em relação ao modo que se escreve e trouxe a necessidade de se ter maior clareza em relação a qual direção a força produzida por nossos escritos pode ou espera alimentar.

AGRADECIMENTOS

Aos colegas do grupo de orientação coordenado pela professora Dra. Adriana Marcondes Machado. Em especial, agradeço às companheiras Lilian Veronese e Aline Aveiro pelo espaço de apoio, trocas e reflexões que criamos.

REFERÊNCIAS

DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 197-22, nov. 2001. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2021.

FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do poder**. Org., sel. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 15-38.

_____. Os corpos dóceis. In: **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

MACHADO, A. M. Formas de pensar e agir nos acontecimentos escolares: abrindo brechas com a psicologia. In: FACCI, M.; MEIRA, M.; TULESKI, S. (Orgs.). **A exclusão dos “incluídos”**: uma crítica da psicologia da educação à patologização e medicalização dos processos educativos. Santa Catarina: Ed. da Universidade de Maringá, 2011. p. 61-90.

RAMOS DO Ó, J. **O governo de si mesmo**: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno licenial (último quartel do século XIX – meados do século XX). Lisboa: Educa, 2003. (Col. Ciências Sociais, 2)

ZAPLETAL, P. P. **Ampliação da jornada escolar**: mais aprendizagem de quê?. 2017. 135f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.